



AUTORIZAÇÃO DE ALTERAÇÃO
DE UTILIZAÇÃO

LISTA DE DOCUMENTOS

00. Requerimento (Modelo U06/CMA/DAU/2009)	<input type="checkbox"/>	Pág. 1 a
01. Documentos comprovativos da qualidade de titular	<input type="checkbox"/>	Pág. a
02. Termos de responsabilidade	<input type="checkbox"/>	Pág. a
03. Plantas de localização	<input type="checkbox"/>	Pág. a
04. Telas finais do projecto de arquitectura	<input type="checkbox"/>	Pág. a
05. Avaliação acústica	<input type="checkbox"/>	Pág. a
06. Certificado Energético emitido por perito qualificado no âmbito do SCE, (Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios)	<input type="checkbox"/>	Pág. a
07. Cópia do certificado de exploração emitido pela associação inspectora das instalações eléctricas	<input type="checkbox"/>	Pág. a
08. Cópia do certificado de inspecção emitido pela entidade inspectora da rede de gás	<input type="checkbox"/>	Pág. a
09. Cópia do certificado das infra-estruturas de telecomunicações	<input type="checkbox"/>	Pág. a
10. Cópia do certificado relativo a rede de águas, emitido pelos SMAS-OA (Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento Oeiras Amadora)	<input type="checkbox"/>	Pág. a
11. Cópia do certificado relativo a rede de esgotos, emitido pelos SMAS-OA (Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento Oeiras Amadora)	<input type="checkbox"/>	Pág. a
12. Certificado de conformidade emitido pela Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC)	<input type="checkbox"/>	Pág. a
13. Ficha de segurança contra incêndio	<input type="checkbox"/>	Pág. a
14. Plano de acessibilidades	<input type="checkbox"/>	Pág. a
15. Ficha com os elementos estatísticos do INE (Q4)	<input type="checkbox"/>	Pág. a
16. Declaração de afixação de placa de identificação de técnicos	<input type="checkbox"/>	Pág. a
17. Declaração da limpeza da área de obra	<input type="checkbox"/>	Pág. a
18. Cópia do alvará de licença ou autorização de utilização anterior, quando exista	<input type="checkbox"/>	Pág. a
19. Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor.	<input type="checkbox"/>	Pág. a
20. Parecer emitido pelo Governo Civil de Lisboa (aplicável a estabelecimentos com dança).	<input type="checkbox"/>	Pág. a
21. Parecer emitido pelo Centro de Saúde da Amadora/ARS.	<input type="checkbox"/>	Pág. a
22. Livro de Obra quando tenham sido realizadas obras, com termo de encerramento (quando aplicável).	<input type="checkbox"/>	Pág. a
23. Um exemplar com todos os elementos que constituem o pedido, em formato digital (PDF e DWG ou DXF) — CD.	<input type="checkbox"/>	Pág. a

O requerente deve organizar os documentos pela ordem indicada, com numeração de páginas de forma sequencial. Apenas são numeradas as duas colecções iniciais.

Amadora, _____ de _____ de _____

Assinatura do requerente

O pedido está devidamente instruído com os documentos assinalados na coluna “”

O pedido não está instruído com todos os documentos necessários, tendo o requerente conhecimento do facto.

O Funcionário, _____ Data: ____ / ____ / ____

Tomei conhecimento, _____

O Requerente, _____ Data: ____ / ____ / ____



00 REGISTO DE ENTRADA

Requerimento n.º

Processo n.º

Data / /20 O Funcionário

A Preencher pelos serviços

Ex.º Sr. Presidente
da Câmara Municipal da Amadora

01 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome/Designação

Morada/Sede

Código Postal , Freguesia

Telefone , Telemóvel , Fax

E-mail

B. Ident./Passaporte N.º , Data de Emissão , Arquivo

N.º Cartão Pessoa Colectiva , N.º Ident. Fiscal

02 NA QUALIDADE DE (ASSINALAR A QUALIDADE DO REQUERENTE E EDIFÍCIO/FRACÇÃO)

- Proprietário Compropietário Locatário Superficiário Usufrutuário
 Mandatário Titular do Direito de Uso

do Prédio descrito na ^a Conservatória do Registo Predial de Amadora, sob o n.º

e inscrito na matriz com o n.º

do(a) Lote Edifício Fracção Estabelecimento/Empreendimento

SITO(A) EM:

Morada

Código Postal , Freguesia

03 ÂMBITO DA INFORMAÇÃO (ASSINALAR O TIPO DE PEDIDO PRETENDIDO)

- Vem requerer a V. Exa, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, **autorização de alteração de utilização.**

Utilização anterior:**Utilização pretendida:** A - ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 259/2007, DE 17 DE JULHO: B - ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 259/2007, DE 17 DE JULHO:

- Vem requerer a V. Exa, **autorização de alteração de utilização** para a instalação, no prédio indicado, de actividade de:

Actividade do estabelecimento, de acordo com o anexo da Portaria n.º 791/2007, de 23 Julho:

Secção específica

- Secção de restauração e bebidas Secção de peixaria e/ou secção de talho
 Secção de fabrico próprio (padaria/pastelaria) Não tem qualquer secção específica

Nome do estabelecimento

Capacidade

Utilização licenciada

C - ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E/OU BEBIDAS AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 234/2007, DE 19 DE JUNHO:

Vem requerer a V. Exa, **autorização de alteração de utilização** para a instalação, no prédio indicado, de actividade de:

- | | |
|--------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Restauração | <input type="checkbox"/> Com sala ou espaços destinados a dança |
| | <input type="checkbox"/> Secção de fabrico próprio de pastelaria, panificação e gelados, com potência ≤ 50 kVA |
| <input type="checkbox"/> Bebidas | <input type="checkbox"/> Com sala ou espaços destinados a dança |
| | <input type="checkbox"/> Secção de fabrico próprio de pastelaria, panificação e gelados, com potência ≤ 50 kVA |

Nome do estabelecimento

Capacidade

Utilização licenciada

D - ESTABELECIMENTOS DE RECINTO DE ESPECTÁCULO E/OU DIVERTIMENTO PÚBLICOS AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 309/2002, DE 16 DE DEZEMBRO E DECRETO-LEI N.º 234/2007, DE 19 DE JUNHO:

Vem requerer a V. Exa, **autorização de alteração de utilização** para a instalação, no prédio indicado, de um recinto de espectáculos e divertimentos públicos.

Utilização específica a dar a recinto

Nome do estabelecimento

N.º de máquinas de diversão a explorar

Unidades

Actividade ou actividades a que o recinto se destina

Lotação de cada actividade/capacidade máxima

Utilização licenciada

E - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 39/2008, DE 7 DE MARÇO:

Vem requerer a V. Exa, **autorização de alteração de utilização** para fins turísticos, no prédio indicado, que titulará a instalação de:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Estabelecimento hoteleiro | <input type="checkbox"/> Aldeamento turístico |
| <input type="checkbox"/> Apartamento turístico | <input type="checkbox"/> Conjuntos turísticos |
| <input type="checkbox"/> Empreendimento de turismo de habitação | <input type="checkbox"/> Empreendimento de turismo no espaço rural |
| <input type="checkbox"/> Parque de campismo e de caravanismo | <input type="checkbox"/> Empreendimento de turismo de natureza |

Classificação pretendida

Capacidade

Nome do estabelecimento

Utilização licenciada

Sem obras

Com obras isentas de controlo prévio (obras de adaptação interiores).

Nas telas finais estão incluídas obras isentas de Licença/Comunicação Prévia (desenhos com as côres convencionais) abrangidas pela alínea b, do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro.

Com obras sujeitas a controlo prévio (Licença/Comunicação Prévia), apresentadas através:

Licença Comunicação Prévia n.º _____, emitida em ____ / ____ / _____,
referente ao processo n.º _____, requerimento n.º _____

DECLARAÇÃO

Declaro que me obrigo a afixar uma placa em material imperecível no exterior da edificação ou a gravar nos seus elementos exteriores, com a identificação dos técnicos autores do respectivo projecto de arquitectura e do director técnico da obra, de acordo com o art.º 61º do Decreto-Lei 555/99, de 16 de Dezembro.

Amadora, _____ de _____ de _____

Assinatura do requerente (exibição do B.I. ou assinatura reconhecida)

Elementos de instrução do pedido de Emissão de Alvará de Autorização de Utilização, nos termos do n.º 15º, da Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março.

- | | |
|--|--------------------|
| <input type="checkbox"/> ■ 1. Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade para apresentação do pedido: | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 1.1. Certidão da Conservatória do Registo Predial (a validade das certidões extraídas a partir de 21 de Julho de 2008, é de um ano, podendo ser revalidada por períodos de igual duração, se a sua informação se mantiver actual.) contendo a descrição e todas as inscrições em vigor referente ao prédio abrangido e que confira a faculdade de realização da operação: (Cópia do documento original autenticada notarialmente, ou simples, com exibição do original). | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 1.1.1. Proprietário - Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio ou prédios abrangidos emitida há menos de um ano que demonstrem a legitimidade do requerente. Quando prédio estiver omissa, certidão negativa do registo predial onde constem os artigos matriciais correspondentes ao prédio; | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 1.1.2. Usufrutuário - Escritura notarial; | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 1.1.3. Superficiário - Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio ou prédios abrangidos emitida há menos de um ano. Quando o prédio estiver omissa, certidão negativa do registo predial onde constem os artigos matriciais correspondentes ao prédio; | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 1.1.4. Mandatário - Procuração ou outro documento que confira a representação, com poderes para o acto e documento que comprove a legitimidade do mandante; | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 1.1.5. Outro _____ | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 1.2. Certidão da Conservatória do Registo Comercial (válida por 1 ano desde a emissão) ou Código da Certidão Comercial Permanente, caso o requerente seja uma pessoa colectiva.
• No caso do requerente ser pessoa colectiva, deverá juntar, certidão de pessoa colectiva e certidão do registo comercial, emitida há menos de um ano. (Cópia do documento original autenticada notarialmente, ou simples, com exibição do original) | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 1.3. Acta da assembleia de condóminos, | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 1.3.1. Acta da assembleia de condóminos aprovada por maioria representativa de dois terços do valor total do prédio ou declaração individual de dois terços dos condóminos, no caso de obras de alteração que modifiquem a linha arquitectónica ou o arranjo estético do edifício , em conformidade com o artigo n.º 1422.º do Código Civil; | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 1.3.2. Acta da assembleia de condóminos aprovada por unanimidade ou declaração individual de cada condómino, no caso de alteração do destino da fracção previsto no título constitutivo da propriedade horizontal em conformidade com o disposto no n.º 1 do 1419º ou n.º 5 do artigo 1432º, do Código Civil (este documento será solicitado tratando-se de pedido relativo a alteração de utilização) | Pág. _____ a _____ |

<input type="checkbox"/> ■ 2. Termos de responsabilidade , acompanhado por prova de inscrição do técnico em associação pública de natureza profissional ou Declaração de organismo público oficial reconhecido que possa aferir a habilitação adequada para a subscrição de projectos, e cópia do Bilhete de Identidade.	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> ■ 2.1. Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projecto de arquitectura , quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis previsto no n.º 1 do artigo 63º, do RJUE, nos termos do disposto no n.º 20º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março (Anexo I).	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> ■ 2.2. Termo de responsabilidade relativo à estabilidade da obra , nos termos do disposto no n.º 20º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março (Anexo III, declaração de rectificação n.º 26/2008, de 9 de Maio).	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> ■ 2.3. Termo de responsabilidade subscrito pelo director de fiscalização da obra, quando aplicável , nos termos do disposto no n.º 20º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março (Anexo III, declaração de rectificação n.º 26/2008, de 9 de Maio).	Pág. _____ a _____
<hr/>	
3. Plantas de localização , extractos das plantas de ordenamento e de condicionantes do Plano Director Municipal, com indicação precisa do local onde se pretende executar a obra, a fornecer pela Câmara Municipal da Amadora:	
<input type="checkbox"/> ■ 3.1. Cartografia, escala 1:2000;	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> ■ 3.2. Ortofotomapa, escala 1:2000;	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> ■ 3.3. PDM-Ordenamento, escala 1:10000;	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> ■ 3.4. PDM-Condicionantes 1 (Servidões), escala 1:10000;	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> ■ 3.5. PDM-Condicionantes 2 (RAN e REN), escala 1:10000;	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> ■ 3.6. Outras Condicionantes, escala 1:2000;	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> ■ 3.7. Património, escala 1:2000;	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> ■ 3.8. Extrato da planta síntese do alvará de loteamento (comunicação prévia).	Pág. _____ a _____
<hr/>	
<input type="checkbox"/> ■ 4. Telas finais do projecto de arquitectura , devidamente rubricadas pelo autor do projecto e acompanhadas por termo de responsabilidade pelas alterações efectuadas.	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> ■ 4.1. Que incluam as alterações ao projecto aprovado ou à comunicação prévia admitida (quando tenham sido realizadas alterações durante a execução da obra, em conformidade com o disposto no artigo 83.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro).	Pág. _____ a _____
Deverão ser apresentados os seguintes exemplares:	
<input type="checkbox"/> ■ 4.1.1. Um exemplar em papel com a indicação das alterações realizadas, com as cores convencionais (cor vermelha para os elementos construídos, cor amarela para os elementos demolidos, cor preta para elementos conservados).	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> ■ 4.1.2. Dois exemplares em papel , sem diferenciação de cores, correspondente à obra final.	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> ■ 4.1.3. Um exemplar em suporte não rasgável , sem diferenciação de cores, correspondente à obra final.	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> ■ 4.1.4. Fotografias exteriores e interiores do edifício (zonas comuns).	Pág. _____ a _____

<input type="checkbox"/> 5. Avaliação acústica , comprovativa do cumprimento do Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios - RRAE, aprovado pelo D.L. 129/2002, de 11 de Maio, e republicado pelo D.L. 96/2008, de 9 de Junho, constituída pelos seguintes elementos: <ul style="list-style-type: none"> a) Declaração, subscrita por técnico que possua a qualificação exigida no n.º 2 do artigo 3º do D.L. 96/2008, de 9 de Junho, no qual sejam apreciados os critérios de amostragem seguidos nos ensaios efectuados e declarada a conformidade regulamentar em causa, de acordo com os resultados constantes do relatório de ensaios acústicos anexo; b) Relatório de ensaios acústicos, em conformidade com os "Critérios mínimos de amostragem para ensaios e medições acústicas", definidos em documento elaborado pelo LNEC, para o tipo de edificação em questão; c) Declaração emitida por associação pública de natureza profissional, ou organismo público legalmente reconhecido, atestando que o subscritor do parecer técnico possui qualificação adequada na área da acústica, prevista no n.º 2 do artigo 3º do D.L. 96/2008, de 9 de Junho. 	Pág. _____ a
<input type="checkbox"/> 5.1. Avaliação acústica , prevista no n.º 9 do artigo 13º do D.L. 9/2007, de 17 de Janeiro, que aprovou o Regulamento Geral do Ruído – RGR, comprovativa do cumprimento dos valores limite de ruído fixados no n.º 1 do artigo 13º do RGR, constituída pelos seguintes elementos: <ul style="list-style-type: none"> a) Parecer Técnico, subscrito por técnico que possua a qualificação exigida no n.º 2 do artigo 3º do D.L. 96/2008, de 9 de Junho, no qual sejam apreciados os critérios seguidos no ensaio efectuado e declarada a conformidade regulamentar em causa, de acordo com os resultados constantes do relatório de ensaio acústico anexo; b) Relatório de ensaio acústico, elaborado de acordo com as normas e critérios aplicáveis; c) Declaração emitida por associação pública de natureza profissional, ou organismo público legalmente reconhecido, atestando que o subscritor do parecer técnico possui qualificação adequada na área da acústica, prevista no n.º 2 do artigo 3º do D.L. 96/2008, de 9 de Junho. 	Pág. _____ a
<input type="checkbox"/> 6. Certificado Energético emitido por perito qualificado no âmbito do SCE , (Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios) relativo ao edifício ou a cada fracção autónoma, previsto no artigo 23º do D.L. 79/2006, de 4 de Abril, e artigo 12º do D.L. 80/2006, de 4 de Abril;	Pág. _____ a
<input type="checkbox"/> 7. Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica , aprovado por entidade credenciada.	Pág. _____ a
<input type="checkbox"/> Ficha electrotécnica (até 50 kWA)	Pág. _____ a
<input type="checkbox"/> Cópia do certificado de exploração emitido pela associação inspectora das instalações eléctricas , previsto no artigo 4º do D.L. 272/92, de 3 de Dezembro.	Pág. _____ a
<input type="checkbox"/> 8. Projecto de instalação de gás , aprovado por entidade credenciada.	Pág. _____ a
<input type="checkbox"/> Cópia do certificado de inspecção emitido pela entidade inspectora da rede de gás , previsto no artigo 12º do D.L. 521/99, de 10 de Dezembro.	Pág. _____ a
<input type="checkbox"/> 9. Projectos de instalações telefónicas e de telecomunicações , aprovado por entidade credenciada.	Pág. _____ a
<input type="checkbox"/> Cópia do certificado das infra-estruturas de telecomunicações , previsto no artigo 22º do D.L. 59/2000, de 19 de Abril.	Pág. _____ a

<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 10. Projecto de redes de águas aprovado pelos SMAS-OA	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Cópia do certificado emitido pelos SMAS-OA (Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento Oeiras Amadora).	Pág. _____ a _____
<hr/>	
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 11. Projecto de redes de esgotos aprovado pelos SMAS-OA	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Cópia do certificado emitido pelos SMAS-OA (Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento Oeiras Amadora).	Pág. _____ a _____
<hr/>	
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 12. Projecto de segurança contra o risco de incêndios em edifícios (SCE), Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro.	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Certificado de conformidade emitido pela Autoridade Nacional de Protecção Civil nos casos de 2ª, 3ª ou 4ª categoria de risco e para todas as utilizações tipo e 1ª categoria das UT IV e V.	Pág. _____ a _____
<hr/>	
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 13. Ficha de segurança contra incêndio (MOD. 200901-ANPC), aplicável às utilizações-tipo: I a III e VI a XII da primeira categoria de risco (RJ-SCIE) Regime Jurídico de SCIE: n.º 2 do artigo 17º e Anexo V do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro.(RT-SCIE) Regulamento técnico de SCIE — Portaria n.º 1532/2008, de 29 de Dezembro. (Aplicável às operações urbanísticas com início a partir de 1 de Janeiro de 2009)	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 13.1. Prova de inscrição do técnico em associação pública de natureza profissional ou Declaração de organismo público oficial reconhecido que possa aferir a habilitação adequada para a subscrição de projectos, nos termos do n.º 3, do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, caso a actividade não seja abrangida por associação pública de natureza profissional e da validade da mesma.	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 13.2. Peças desenhadas com a localização dos sistemas e equipamentos de SCIE	Pág. _____ a _____
<hr/>	
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 14. Plano de acessibilidades, instruído nos termos do n.º 5, do artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, apresentando a rede de espaços e equipamentos acessíveis bem como as soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adoptadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiências e mobilidade condicionada.	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 14.1. Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto de arquitectura, quanto ao cumprimento das disposições legais constantes do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, relativo a acessibilidades.	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 14.1.1. Prova de inscrição do técnico em associação pública de natureza profissional ou Declaração de organismo público oficial reconhecido que possa aferir a habilitação adequada para a subscrição de projectos, nos termos do n.º 3, do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, caso a actividade não seja abrangida por associação pública de natureza profissional e da validade da mesma.	Pág. _____ a _____
<hr/>	
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 15. Ficha com os elementos estatísticos do INE (Q4) devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística;	Pág. _____ a _____
<hr/>	
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 16. Declaração de obrigação de afixação de placa ao abrigo do artigo 61º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, com redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro.	Pág. _____ a _____
<hr/>	
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 17. Declaração da limpeza da área de obra, ao abrigo do artigo 86º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, com redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, (quando aplicável).	Pág. _____ a _____

<input type="checkbox"/> 18. Cópia do alvará de licença ou autorização de utilização anterior, quando exista.	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> 19. Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor.	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> 20. Parecer favorável emitido pelo Governo Civil de Lisboa (aplicável a estabelecimentos com dança).	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> 21. Parecer favorável emitido pelo Centro de Saúde da Amadora/ARS.	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> 22. Livro de Obra, quando tenham sido realizadas obras com termo de encerramento, (quando aplicável).	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> 23. Um exemplar com todos os elementos que constituem o pedido, em formato digital (PDF e DWG ou DXF) — CD.	Pág. _____ a _____

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PROJECTO DE ARQUITECTURA

[Anexo I e III da Portaria n.º 232/2008, de 3 Março].

(a)

Morador na _____,

Código Postal - - _____, Telefone _____, Fax _____,

e E-mail _____,

Contribuinte n.º _____, inscrito na^(b) _____,

sob o n.º _____, declara, na qualidade de^(c) _____,

que a obra localizada em^(d) _____,

na freguesia de _____,

à qual foi atribuído o alvará de licença ou emitido o recibo da comunicação prévia de obras de edificação n.º _____,

processo n.º _____, cujo titular é^(e) _____,

Morador na _____,

Código Postal - - _____, na freguesia de _____,

se encontra concluída desde^(f) ____/____/____, em conformidade com o projecto aprovado, com as condicionantes

da licença ou da admissão da comunicação prévia, e que as alterações efectuadas ao projecto estão em conformidade com normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis.^(g)

Mais declara que o edifício se encontra classificado na 1.ª categoria de riscos e que no mesmo se encontram cumpridas as condições de SCIE — Segurança Contra Incêndio em Edifícios.

Amadora, _____ de _____ de _____

(h)

(Assinatura reconhecida ou comprovada pelo funcionário municipal mediante a exibição do B.I.)

(a) Nome e habilitação profissional do autor do projecto.

(b) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso.

(c) Indicar se se trata de técnico autor do projecto ou de mandatário do dono da obra com a habilitação legalmente exigida para o efeito.

(d) Localização da obra (rua, número de polícia e freguesia).

(e) Indicação do nome e morada do requerente.

(f) Data da conclusão da obra.

(g) Discriminar, designadamente, as normas técnicas gerais e específicas de construção, os instrumentos de gestão territorial, o alvará de loteamento ou informação prévia, quando aplicáveis, bem como justificar fundamentadamente as razões da não observância de normas técnicas e regulamentares nos casos previstos no n.º 5 do Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro.

(h) Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PROJECTO DA ENGENHARIA DE ESPECIALIDADE DE⁽¹⁾

(Anexo I da Portaria n.º 232/2008, de 3 Março).

(2)

Portador do B.I. n.º _____, emitido em ____ / ____ / _____, pelo Arquivo de Identificação de _____,

Contribuinte n.º _____, residente em _____,

Código Postal - - _____, Telefone _____, Fax _____,

e E-mail _____,

inscrito na⁽³⁾ _____,

com o n.º _____, declara para efeitos do disposto no n.º 1 do Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, que o projecto de⁽¹⁾

_____, de que é autor, relativo

à obra de⁽⁴⁾ _____,

localizada em⁽⁵⁾ _____,

na freguesia de _____, cujo(a)⁽⁶⁾ _____ foi requerido por

⁽⁷⁾ _____,

com Morada/Sede em _____,

Código Postal _____, Freguesia _____,

Telefone _____, Telemóvel _____, Fax _____,

E-mail _____,

observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente⁽⁸⁾

Amadora, _____ de _____ de _____

⁽⁹⁾

(Assinatura reconhecida ou comprovada pelo funcionário municipal mediante a exibição do B.I.)

- (1) Identificação de qual o tipo de operação urbanística, projecto de arquitectura ou de especialidade em questão.
- (2) Nome e habilitação do autor do projecto.
- (3) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso.
- (4) Indicar a natureza da operação urbanística a realizar.
- (5) Localização da obra (nome do arruamento e lote/número de policia e freguesia)
- (6) Indicar se se trata de licenciamento ou comunicação prévia.
- (7) Indicação do nome/designação e morada do requerente.
- (8) Discriminar, designadamente, as normas técnicas gerais e específicas de construção, os instrumentos de gestão territorial, o alvará de loteamento ou informação prévia, quando aplicáveis, bem como justificar fundamentadamente as razões da não observância de normas técnicas e regulamentares nos casos previstos no n.º 5 do Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro.
- (9) Assinatura reconhecida ou comprovada pelo funcionário municipal mediante a exibição do B.I.

NOTAS:

1. Caso não sejam respeitadas todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, tal poderá ser ressalvado no Termo de Responsabilidade e justificado na Memória Descritiva e Justificativa.
2. Nos termos dos Artigos 98.º 99.º de Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, as falsas declarações dos autores dos projectos no Termo de Responsabilidade relativamente à observância das normas técnicas gerais e específicas da construção, bem como das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao projecto constituem contra-ordenação, podendo determinar sanções acessórias.
3. Nos termos do n.º 3 do Artigo 99.º, as sanções aplicadas aos autores do projecto são comunicadas à respectiva associação profissional, quando for o caso.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO DIRECTOR DE FISCALIZAÇÃO DA OBRA

(Anexo III da Portaria n.º 232/2008, de 3 Março).

(a)

Morador na _____,

Código Postal - - _____, Telefone _____, Fax _____,

e E-mail _____,

Contribuinte n.º _____, inscrito na^(b) _____,

sob o n.º _____, declara, na qualidade de director de fiscalização da obra, que a obra localizada em^(c) _____,

na freguesia de _____,

à qual foi atribuído o alvará de licença ou emitido o recibo da comunicação prévia de obras de edificação n.º _____,

processo n.º _____, cujo titular é^(d) _____,

Morador na _____,

Código Postal - - _____, na freguesia de _____,

se encontra concluída desde^(e) ____ / ____ / _____, em conformidade com o projecto aprovado, com as condicionantes da licença ou da admissão da comunicação prévia, e que as alterações efectuadas ao projecto estão em conformidade com normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis.^(f)

Mais declara que o edifício se encontra classificado na 1.ª categoria de riscos e que no mesmo se encontram cumpridas as condições de SCIE — Segurança Contra Incêndio em Edifícios.

Amadora, _____ de _____ de _____,

(g)

(Assinatura reconhecida ou comprovada pelo funcionário municipal mediante a exibição do B.I.)

(a) Nome e habilitação profissional do director de fiscalização da obra.

(b) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso.

(c) Localização da obra (rua, número de polícia e freguesia).

(d) Indicação do nome e morada do titular.

(e) Data da conclusão da obra.

(f) Discriminar, designadamente, as normas técnicas gerais e específicas de construção, os instrumentos de gestão territorial, o alvará de loteamento ou informação prévia, quando aplicáveis, bem como justificar fundamentadamente as razões da não observância de normas técnicas e regulamentares nos casos previstos no n.º 5 do Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro.

(g) Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade.

DECLARAÇÃO

(a)

_____,
na qualidade de dono da obra a que se refere o processo de construção n.º _____,
levada a efeito em _____, e para efeitos de emissão de autorização de utilização, declara que se
encontram garantidas as condições definidas no n.º 1 do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de
Dezembro, com redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, designadamente o levantamento do
estaleiro e a limpeza da área da obra, de acordo com o regime de gestão de resíduos de construção e
demolição nela produzidos, e que procedeu à reparação de todos os estragos e deteriorações eventualmente
causadas nas infra-estruturas públicas.

Amadora, _____ de _____ de _____

O dono da obra,

Assinatura do requerente (exibição do B.I. ou assinatura reconhecida)

PORTUGAL
INQUÉRITO À UTILIZAÇÃO DE OBRAS
CONCLUÍDAS (Q4)

A CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS INDIVIDUAIS É GARANTIDA POR LEI

Este inquérito deve ser devolvido ao I.N.E., devidamente preenchido, até ao dia 15 do mês seguinte ao da emissão do alvará

1 IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

1. Câmara Municipal _____	2. Distrito/Ilha <input type="text"/>	3. Município <input type="text"/>
4. Processo interno	5. Tipo de procedimento <input type="text"/>	6. Alvará de licença/autorização de obras
1. Número <input type="text"/>	1. Licença	1. Número <input type="text"/>
2. Tipo de processo <input type="text"/>	2. Autorização	2. Data de emissão <input type="text"/> <input type="text"/>
3. Data de registo <input type="text"/> <input type="text"/>		3. Data de termo <input type="text"/> <input type="text"/>
		<small>Ano Mês</small>
		<small>Ano Mês</small>
7. Período de execução da obra		8. Alvará de licença/autorização de utilização
1. Início <input type="text"/> <input type="text"/>		1. Número <input type="text"/>
		2. Data de emissão <input type="text"/> <input type="text"/>
2. Conclusão <input type="text"/> <input type="text"/>		
		<small>Ano Mês</small>
		<small>Ano Mês</small>
9. Número de ordem da fase <input type="text"/>		10. Número de ordem de edifício <input type="text"/>

2 IDENTIFICAÇÃO DO PROMOTOR

1. Nome	<input type="text"/>				
2. Morada	<input type="text"/>				
3. Código Postal	<input type="text"/> - <input type="text"/> <input type="text"/>				
4. Telefone	<input type="text"/>	5. Telemóvel	<input type="text"/>	6. Fax.	<input type="text"/>
7. E-Mail	<input type="text"/>				

3 LOCAL DA OBRA

1. Morada	<input type="text"/>
2. Código Postal	<input type="text"/> - <input type="text"/> <input type="text"/>
3. Freguesia	<input type="text"/>

Observações:

Nome do responsável pelo preenchimento

Data
Ano Mês Dia

Telefone:

Fax:

E-mail: